

Jornada Digital Anahp debate os caminhos para integrar dados e ampliar a interoperabilidade na saúde

Hoje (06), a Anahp realizou uma edição especial da [Jornada Digital](#), em parceria com a Invisual, para discutir um dos temas mais estratégicos da transformação digital na saúde brasileira: a criação de um prontuário eletrônico unificado e os avanços da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

O encontro reuniu especialistas que abordaram como inovação, governança e interoperabilidade podem convergir na construção de um ecossistema digital de saúde mais integrado, seguro e eficiente.

Apresentação:

Ana Estela Haddad, secretária de Informação e Saúde Digital, e equipe técnica da Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (SEIDIGI).

Debatedores:

Caio Soares, vice-presidente da Saúde Digital Brasil (SDB) e CMO da Teladoc no Brasil

Márcia Ogawa, conselheira sênior do InovaHC

Valéria Pinheiro, superintendente de Relacionamento TI Médico, Cuidado Público e Imagem do Einstein Hospital Israelita

Moderação:

Eduardo Cordioli, diretor médico de Obstetrícia do Grupo Santa Joana

[→ Assista ao evento na íntegra pelo canal da Anahp no YouTube](#)

Transformação digital liderada pelo Ministério da Saúde

Criada em 2023, a Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (SEIDIGI) lidera a estratégia nacional de saúde digital e vem desenvolvendo projetos que transformam a forma como dados são coletados, integrados e compartilhados no SUS.

Durante a apresentação inicial, conduzida por José Amaro de Araújo Queiroz e Elivan Silva, a equipe da Secretaria destacou os avanços da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e do Programa SUS Digital, que reúne plataformas voltadas a cidadãos, profissionais e gestores – como o Meu SUS Digital, o SUS Digital Profissional e o SUS Digital Gestor.

A RNDS já consolida bilhões de registros clínicos e utiliza padrões internacionais como o FHIR, permitindo o intercâmbio seguro de informações entre diferentes sistemas. Com o processo de federalização, estados e municípios passam a acessar dados em tempo real, fortalecendo a governança e a capacidade de decisão em saúde.

“A interoperabilidade é o caminho para o prontuário único – mas ela só tem sentido quando gera valor para o cidadão” – **Equipe técnica SEIDIGI**

Interoperabilidade x prontuário único: camadas distintas do mesmo desafio

Márcia Ogawa (InovaHC) destacou que o Brasil precisa separar o conceito de prontuário unificado do conceito de interoperabilidade. Enquanto o prontuário é a camada visível para o usuário, a interoperabilidade é a infraestrutura que garante a comunicação entre sistemas de diferentes origens.

“O Brasil não terá um único sistema para todos os hospitais. O que precisamos é que os dados estejam acessíveis, estruturados e seguros, independentemente de onde foram gerados” – **Márcia Ogawa**

Ela comparou a arquitetura da RNDS ao modelo do Pix, no qual cada instituição mantém sua própria interface, mas compartilha uma infraestrutura comum que viabiliza transações e integração em escala. Para o setor privado, segundo ela, aderir aos padrões da RNDS deve ser uma estratégia de criação de valor, e não apenas uma obrigação regulatória.

Governança, ética e maturidade digital

Valéria Pinheiro (Einstein) ressaltou que a interoperabilidade depende tanto da tecnologia quanto da governança de dados, da ética e da qualidade da informação. Ela apontou como desafios a padronização de linguagens clínicas, a conectividade de unidades remotas e a necessidade de gestão da mudança nas instituições.

“Sem gestão da mudança não há interoperabilidade possível. É preciso tornar os sistemas usáveis e garantir a qualidade dos dados” – **Valéria Pinheiro**

Para ela, a maturidade digital brasileira ainda é desigual, e o avanço depende da colaboração entre os setores público e privado, com projetos-piloto replicáveis e padrões interoperáveis validados em rede.

Mudança cultural e confiança no uso dos dados

Para Caio Soares (Teladoc / Saúde Digital Brasil), a transformação digital na saúde vai muito além da adoção de novas ferramentas: trata-se de um processo cultural. Segundo ele, a confiança é o eixo central para que pacientes e profissionais compartilhem dados em benefício do cuidado e da inovação.

“A centralização dos dados não é um projeto tecnológico, mas comportamental. Precisamos gerar confiança para que as pessoas entendam os benefícios de compartilhar informações em favor do cuidado” – **Caio Soares**

Ele lembrou que o Brasil segue uma tendência mundial, similar à da European Health Data Space, e posiciona-se entre os países mais avançados na implementação de infraestrutura de interoperabilidade em larga escala.

Segurança, LGPD e dados como bem público

Durante o debate e as perguntas do público, a equipe da SEIDIGI reforçou que a segurança da informação é pilar essencial da transformação digital em saúde. Os dados, enfatizaram, pertencem ao cidadão, enquanto o Ministério da Saúde atua como custodiante, responsável por garantir o uso ético e seguro das informações.

Foram mencionadas iniciativas de abertura de dados anonimizados e a elaboração de normas específicas para uso de dados identificados em pesquisa, em cooperação com universidades e centros especializados, como o Sidax e a Universidade Federal da Bahia.

Uso dos dados do SUS e responsabilidade pública

Uma pergunta do público abordou a possibilidade de armazenar e utilizar os dados do SUS em plataformas abertas, como o BigQuery, respeitando a LGPD. A secretária Ana Estela Haddad explicou que, embora o tema seja prioritário, ainda não há uma estrutura consolidada que permita o compartilhamento seguro dessas informações.

“Estamos construindo essa governança, com segurança e responsabilidade, para que o uso das informações sirva à inovação e ao interesse público – nunca à exposição das pessoas” – **Ana Estela Haddad**

Ela acrescentou que a SEIDIGI trabalha em cooperação com instituições como o Sidax e a Universidade Federal da Bahia para desenvolver modelos de governança e mecanismos de proteção que viabilizem o uso ético e seguro dos dados no futuro.

Próximos passos da estratégia digital

A secretária Ana Estela Haddad reforçou o compromisso do Ministério com a agenda de transformação digital do SUS. Ela destacou a importância do diálogo com o setor privado e anunciou dois novos movimentos estratégicos: o lançamento da assinatura eletrônica integrada à RNDS e a realização, em dezembro, do Seminário de Inovação Digital em Saúde, em Brasília.

“Ninguém faz nada sozinho, muito menos em saúde digital. Essa é uma agenda de construção coletiva, que precisa do público e do privado lado a lado” – **Ana Estela Haddad**

Conclusão

A [Jornada Digital da Anahp](#) mostrou que o caminho para um prontuário único no Brasil passa menos por um sistema centralizado e mais pela consolidação de pontes de interoperabilidade, governança e confiança.

A experiência da SEIDIGI evidencia que a transformação digital na saúde é tanto tecnológica quanto cultural e que seu sucesso depende de coordenação federativa, colaboração institucional e engajamento de toda a sociedade para construir um SUS mais inteligente, integrado e humano.

[Assista aqui](#) ao debate na íntegra.

Fonte: Anahp, em 06.11.2025